

Sumário pormenorizado da lição a apresentar no quadro das provas de agregação

Relações entre os sexos, práticas familiares e  
representações das diferenças entre os sexos

Gabrielle Poeschl

Contradizendo uma crença comum, a observação das actuais sociedades de caçadores-colectores sugere que, nos primeiros grupos humanos, homens e mulheres tinham um estatuto igual ou que, pelo menos, as diferenças entre os sexos não eram tão importantes como o são nas sociedades tecnologicamente mais desenvolvidas (Nielsen, 1990). Parecia existir grande flexibilidade na divisão das tarefas e as mulheres partiam à procura de alimentos tão frequentemente como os homens. As actividades tornaram-se mais especializadas à medida que as sociedades humanas se desenvolveram, mas o estatuto das mulheres diminuiu dramaticamente nas sociedades ocidentais em meados do século XIX, quando a Revolução Industrial introduziu a separação entre a esfera privada e a esfera pública (Nielsen, 1990; Poeschl, 2003a). Nas classes médias, os homens passaram a executar, nas fábricas, o trabalho que define o papel de ganha-pão, enquanto que as mulheres passaram a dedicar-se ao trabalho familiar que define o papel de doméstica (Scott, 1994). Com a difusão do modelo familiar da classe média, foram propostas numerosas teorias para explicar e justificar as posições sociais dos dois sexos em termos de disposições naturais (Shields, 1986), o que leva alguns autores a defender a ideia de que o estatuto das mulheres nunca foi tão baixo como em finais do século XIX (Nielsen, 1990).

Durante o século XX, a situação das mulheres melhorou. Designadamente, as mulheres conquistaram o direito à propriedade e ao sufrágio, assim como o acesso à educação. Os discursos sobre a inferioridade das mulheres foram substituídos por discursos sobre as diferenças entre os sexos (Bem, 1993; Lorenzi-Cioldi, 1994). Nos anos 1960, as mulheres ingressaram em massa no mercado de trabalho. As opiniões sobre a divisão rígida dos papéis de género liberalizaram-se (Spence, Deaux & Helmreich, 1985) enquanto que, nos meios académicos, os trabalhos sobre as diferenças entre os sexos questionaram a existência dessas mesmas diferenças (Maccoby & Jacklin, 1974). Estas mudanças não produziram, contudo, o restabelecimento da igualdade entre os sexos, nem na família, nem na sociedade em geral. As concepções de Terman e Miles (1936) acerca da natureza masculina e da natureza feminina – definidas em termos dos sentimentos, interesses, atitudes e comportamentos típicos do operário e da doméstica, e associadas aos papéis masculino e feminino por Parsons (1964) - continuam a organizar as representações das diferenças entre os sexos (Amâncio, 1994; Eagly, 1987) que, por sua vez, legitimam as desigualdades entre homens e mulheres (Hoffman & Hurst, 1990).

Em apoio deste ponto de vista, os estudos sobre a organização familiar mostram, de forma consistente, que as mulheres continuam a executar a maior parte do trabalho familiar e parental (Coltrane, 2000; Shelton & John, 1996; Thompson & Walker, 1989; Yeung, Sandberg, Davis-Kean & Hofferth, 2001), apesar das desigualdades entre homens e mulheres estarem em completa contradição com a ética igualitária sobre a qual a nossa sociedade se baseia e com a adesão geral dos indivíduos ao princípio da igualdade entre os sexos (Kellerhals, Troutot & Lazega, 1993; Müller, 1998). O interesse em compreender a forma como os cônjuges conciliam cognitivamente as suas atitudes e comportamentos contraditórios ou as razões pelas quais as mudanças no

trabalho assalariado não foram acompanhadas por mudanças semelhantes no trabalho familiar levou numerosos autores a interessar-se pela investigação acerca da organização familiar (para uma revisão, ver Poeschl, no prelo).

Para além destas questões teóricas, a investigação sobre a organização familiar reveste-se de uma importância social fundamental dado que a divisão desigual do trabalho familiar entre os cônjuges constitui um dos maiores obstáculos à igualdade entre homens e mulheres na sociedade (Giddens, 1997; Saraceno, 1997). Com efeito, a participação das mulheres na actividade económica é condicionada pela estrutura das suas famílias (Smock & Noonan, 2005): a participação das mulheres no mercado de trabalho decresce à medida que o número de filhos na família aumenta, enquanto que o número de filhos não afecta a actividade profissional dos homens. A necessidade de conciliar as exigências da vida profissional e da vida familiar leva à intensificação da segregação por sexo no mercado de trabalho, o que, por sua vez, contribui para manter as mulheres nos escalões inferiores da hierarquia profissional. A falta de tempo e as responsabilidades familiares desencorajam as mulheres de participar activamente na vida social e política (Inter-Parliamentary Union, 1999), o que contribui para explicar o facto de os problemas das mulheres não serem adequadamente examinados pelas instâncias de decisão. Juntas, a falta de participação das mulheres na vida política e a segregação sexual no mercado de trabalho são directamente responsáveis pela “feminização da pobreza”, um problema associado ao número crescente de famílias dirigidas por uma mulher e sem apoio financeiro masculino (Smock & Noonan, 2005).

Na sua grande maioria, os estudos sobre a organização familiar são conduzidos com metodologias variadas, mas que geralmente se centram sobre o modo como os cônjuges dividem as tarefas, sobre as razões que os levaram a adoptar essa divisão e sobre o modo como avaliam a sua organização (Coltrane, 2000). Além de verificarem a

maior participação das mulheres nas tarefas familiares e, nomeadamente nas tarefas “tipicamente femininas”, estes estudos deram um apoio parcial às principais explicações contempladas para a ausência de mudança das práticas familiares (Mikula, 1998). Assim, os recursos trazidos para a família pelos homens dar-lhes-iam o poder de não participar no trabalho doméstico (perspectiva dos recursos relativos); os homens não partilhariam as tarefas familiares porque passam mais tempo fora de casa (perspectiva da disponibilidade de tempo); eles não participariam nas tarefas domésticas porque tal seria contrário aos papéis de género tradicionais (perspectiva da ideologia dos papéis de género); ou, ainda, ambos os cônjuges estariam motivados para demonstrar que são conformes à sua identidade de género através do desempenho dos papéis familiares tradicionais (perspectiva da construção do género).

A nossa própria investigação parte de outras assunções: (a) as práticas familiares são sistemas de condutas socialmente estruturados e instituídos, ligados a grupos sociais específicos, (b) esses sistemas de condutas são prescritos e, logo, constituem objectos de representações, (c) as representações das práticas familiares inscrevem-se no vasto conjunto de representações sobre as diferenças entre os sexos que resulta de, e orienta, as relações entre os sexos. Portanto, como todas as representações sociais, as representações das diferenças entre os sexos são ancoradas em sistemas de pensamento pré-existentes (Moscovici, 1976). Assim, as representações actuais das diferenças entre os sexos estão ancoradas nas teorias desenvolvidas no século XIX sobre as maiores competências intelectuais dos homens e as maiores qualidades emocionais das mulheres, e sobre a importância do instinto maternal – “descoberto”, convenientemente, na época, para justificar a dedicação “natural” das mulheres aos seus filhos e companheiros (cf. Poeschl, 2003a). Como todas as representações sociais, as representações das diferenças entre os sexos apresentam variações inter-individuais que

podem ser explicadas por diversos tipos de ancoragem (Doise, 1992). Elas apresentam, por exemplo, variações em função da pertença sexual dos indivíduos (Poeschl & Serôdio, 1998), das suas experiências de vida (nomeadamente, do facto de serem solteiros ou casados), das suas crenças, atitudes e valores mais gerais, ou das características do contexto em que são activadas (Poeschl, Pinto, Múrias, Silva & Ribeiro, 2006). Por último, como todas as representações sociais, as representações das diferenças entre os sexos têm uma função de justificação e de orientação das condutas e das relações sociais e contribuem portanto para a manutenção da ordem social (Poeschl, 2003b; Vala, 2004).

Estas assunções levaram-nos a centrar a nossa atenção sobre as práticas familiares normativas, de preferência às práticas efectivas dos indivíduos, e a procurar evidenciar a sua relação com as representações das diferenças entre os sexos. Apresentamos resultados ilustrativos, retirados dos nossos estudos conduzidos no Norte de Portugal, começando por verificar a importância das práticas familiares normativas para a definição das práticas efectivamente adoptadas pelos indivíduos (Estudo 1) e a existência duma associação das mulheres ao trabalho familiar nas representações das diferenças entre os sexos (Estudo 2).

### *Estudo 1*

Baseando-nos no facto de que não existe também nos casais portugueses actuais uma repartição igualitária do trabalho familiar (Costa, 1992; Vicente, 1998), o primeiro estudo procurou examinar em que medida a manutenção das práticas tradicionais pode ser explicada pelas representações da divisão das tarefas entre os cônjuges da geração de pertença, ou entre os cônjuges da geração anterior, ou pelas representações das funções respectivas dos dois cônjuges (Poeschl, 2000). O estudo foi realizado por

questionário. Para avaliar a participação masculina e feminina nas tarefas domésticas utilizámos um conjunto de dez indicadores clássicos. O nosso objectivo era o de obter uma avaliação separada da participação de cada um dos cônjuges nas actividades seleccionadas, e assim, contrariamente aos estudos que procuram explicitamente comparar a participação das mulheres e dos homens nas actividades familiares (Herla, 1987, por exemplo), não pedimos aos inquiridos que repartissem proporcionalmente essas actividades entre os dois cônjuges.

Os participantes neste estudo, todos adultos casados, deviam responder a um questionário, no qual, depois duma primeira página destinada à recolha de informações sócio-demográficas, eram apresentadas quatro partes. Nas duas primeiras partes, os respondentes eram convidados a avaliar, em percentagem, o grau de participação do marido (ou da mulher) na geração de pertença, na geração anterior e no próprio casal em 10 tarefas domésticas (e 10 tomadas de decisão). Nas duas últimas partes, os respondentes deviam exprimir o seu grau de acordo com duas séries de oito afirmações relativas às funções do cônjuge na família e à natureza das diferenças entre os dois sexos. Cada respondente devia descrever apenas um único cônjuge (marido ou mulher).

Os dados confirmam que as mulheres executam a maior parte do trabalho doméstico. Em comparação com a geração anterior, as mulheres parecem trabalhar menos e os homens mais, em casa. O contributo das mulheres para o trabalho familiar não é diferente do contributo das mulheres da geração de pertença, enquanto que o contributo dos homens é inferior ao contributo dos homens da geração de pertença. Este facto sugere que as práticas efectivamente adoptadas pelos cônjuges estão em conformidade com a norma segundo a qual o trabalho familiar não é para os homens. Os resultados sugerem ainda que a comparação com as práticas da geração anterior permite aos cônjuges sentir-se em acordo com o ideal igualitarista, enquanto que a comparação

com as práticas da geração de pertença lhes permite sentir-se em conformidade com as normas sociais.

Os dados revelam, ainda, que a participação respectiva dos cônjuges nas tarefas familiares pode ser predita pela percepção do modo como os casais da geração de pertença dividem essas tarefas mas não pelas suas opiniões acerca das funções dos cônjuges (importância da dedicação à família, do trabalho de relações, da gestão da família nuclear) ou das diferenças entre os sexos. As representações das práticas dos casais da geração de pertença surgem, assim, como um factor importante para a legitimação e para a reprodução das práticas familiares tradicionais. Por outro lado, os resultados apoiam a observação de outros autores que salientam a fraca relação entre as opiniões sobre os papéis conjugais e as práticas familiares adoptadas e que sugerem que a referência aos papéis conjugais só se torna relevante quando se trata de justificar as relações sociais (Spence, Deaux & Helmreich, 1985). Nesta perspectiva, os papéis conjugais funcionariam como “mitos legitimadores”, a saber, conjuntos coerentes de crenças e opiniões que legitimam os valores sociais, a partir do momento em que é suscitada a necessidade da sua explicação (Sidanius, Devereux & Pratto, 1992).

### *Estudo 2*

No segundo estudo debruçámo-nos sobre o que as pessoas, em geral, pensam acerca das (semelhanças e) diferenças entre os sexos (Silva & Poeschl, 2001-2). Recorrendo à técnica de associação livre, procurámos (a) recolher a informação contida nas representações das (semelhanças e) diferenças entre os sexos (b) examinar a estrutura dessas representações (c) determinar em que medida o sexo e o estado civil dos respondentes modulam as suas tomadas de posição acerca das diferentes dimensões das representações. Mais precisamente, procurámos verificar que as representações das

diferenças entre os sexos ainda incluem sentimentos, interesses, atitudes e comportamentos que justificam as posições desiguais dos homens e das mulheres na sociedade.

Neste estudo, os respondentes, adultos casados e jovens adultos solteiros, deviam responder a um questionário em que lhes era pedido que indicassem espontaneamente as ideias que lhes ocorriam quando pensavam no que é mais típico dos homens e no que é mais típico das mulheres (uma terceira parte incidia sobre as semelhanças entre homens e mulheres). Para cada parte, procurava-se recolher cerca de 12 palavras ou expressões simples. Os respondentes deviam, ainda, avaliar em que medida cada característica mencionada diferencia os dois sexos, com base numa escala de 3 pontos convertida posteriormente numa escala de masculinidade-feminilidade.

Os resultados revelam que as características que diferenciam mais tipicamente os homens das mulheres englobam alguns traços de personalidade pouco positivos (arrogância, egoísmo) e características dum pessoa que tem uma participação activa na vida social (bebida, noctívago, futebol, infidelidade). Complementando a imagem masculina, os atributos que mais diferenciam as mulheres dos homens incluem alguns traços de personalidade positivos (afectuosa, sensível, paciente) e características dum pessoa inserida no universo familiar (filhos, trabalho doméstico e fidelidade). Também é mais típico das mulheres serem vaidosas, preocupar-se com as aparências, serem invejosas e coscuvilheiras. A análise realizada pelo programa de tratamento de dados textuais *Alceste* agrupou em três classes as características típicas dos homens: A primeira classe, saliente nos respondentes casados, faz claramente referência ao domínio, a segunda e a terceira classes, partilhadas pelo conjunto de respondentes, evocam, respectivamente, o "machismo" e a força e o dinamismo. As características típicas das mulheres também foram agrupadas em três classes: A primeira classe,

evocada sobretudo pelos respondentes femininos, associa as mulheres ao contexto familiar e atribui-lhes algumas disposições negativas, que se traduzem predominantemente na ideia de inveja. A segunda classe, saliente nos solteiros, evoca a capacidade relacional das mulheres, e a terceira classe, sobretudo referida pelos inquiridos masculinos, evoca a preocupação com a aparência e com as lides domésticas.

Em suma, as representações captadas salientam a percepção de notáveis diferenças entre os sexos. Para além duma maior associação da agentividade aos homens e duma maior associação da comunalidade às mulheres – que, de acordo com Eagly (1987), estão subjacentes às dimensões mais típicas das representações dos dois sexos –, a dedicação à família e as lides domésticas aparecem como dimensões importantes das representações da feminilidade.

Neste ponto, podemos colocar duas questões. A primeira dessas questões tem a ver com as representações das diferenças entre os sexos. Com efeito, os nossos dados apoiam os resultados de outros autores que salientam que as pessoas acreditam que as diferenças entre os sexos são mais numerosas, mais estáveis e mais importantes do que revela a evidência empírica (Crawford & Unger, 2000). No entanto, podemos estranhar a persistência de representações tão tradicionais face às mudanças ocorridas na situação das mulheres. À semelhança do que fazem alguns autores, podemos portanto interrogar-nos sobre o papel e os objectivos das instituições (a família, a escola, os meios de comunicação social) na sustentação dessas representações (Lott, 1996).

A segunda questão prende-se com a forma como as pessoas avaliam as práticas familiares normativas. Sabemos dos estudos sobre a organização familiar que as mulheres, tal como os homens, consideram a organização que adoptaram justa (Grote, Naylor & Clark, 2002) e que a descrevem, em geral, como satisfatória, qualquer que seja a divisão das tarefas adoptada (Baxter & Western, 1998). Os homens consideram a

sua organização familiar como mais desigual, mas mais justa do que as mulheres, enquanto que as mulheres se mostram gratas face a qualquer contributo masculino, mesmo reduzido (Roux, 1999). Esses estudos revelam também que a participação desigual dos cônjuges no trabalho doméstico é justificada por resultar duma decisão comum, por se basear em explicações assentes na liberdade individual, ou por outros tipos de razões que tornam a divisão desigual do trabalho familiar legítima e aceitável (Mikula, 1998; Roux, 1999). Porém, já que as práticas normativas não podem ser justificadas em termos de necessidades pessoais, é possível interrogar-nos sobre se essas práticas também podem ser justificadas. Apresentamos agora dois estudos que incidiram sobre estas problemáticas.

### *Estudo 3*

As representações da masculinidade e da feminilidade oferecem uma visão muito tradicional dos dois sexos. No entanto, somos levados a constatar que as imagens dos homens e das mulheres transmitidas pela família, pela escola e pelos meios de comunicação social também não reflectem as transformações da vida das mulheres (Burr, 1998; Crawford & Unger, 2000). Uma revisão da literatura mostra, com efeito, que os autores que se dedicaram à análise do conteúdo dos livros de imagens ou de histórias para crianças, dos manuais escolares, da imprensa escrita e da televisão sublinharam, de forma consistente, que o modo como os dois sexos são apresentados surge em conformidade com as representações estereotípicas dos dois sexos, contribuindo para reforçar a ideia de que existem diferenças naturais entre os sexos e, logo, para manter a assimetria das relações entre homens e mulheres. Nesta linha de reflexão, procurámos saber se as obras literárias designadas como leituras obrigatórias

no ensino secundário português proporcionam aos adolescentes imagens alternativas da masculinidade e da feminilidade (Poeschl, Silva & Clémence, 2004).

Neste terceiro estudo, seleccionámos, de entre as leituras obrigatórias do ensino secundário, seis personagens que correspondem, ou a uma mulher típica, ou a um homem típico, e submetemos as passagens dos romances em que estas personagens são descritas à análise do programa de dados textuais *Alceste*.

A análise de classificação hierárquica produziu uma partição das palavras em cinco classes. A primeira classe, associada com as personagens femininas, faz referência aos atributos físicos e à aparência, evocando a beleza e a meiguice. As palavras mais frequentes são: preto, belo, brilho, desenho, veludo, gentil, feições, boca, ar, rosto, vestido, verde, expressão, sorrir, arte. A segunda classe é também especificamente feminina e reflecte uma imagem de sofrimento e dádiva, com palavras como morte, esperança, infeliz, mártir, coração, amiga. A terceira classe, conotada com o sexo masculino, faz referência aos atributos físicos e evoca a força e a paixão. Inclui sobretudo as palavras braços, erguer, gritar, repente, brutalidade, amante. A quarta classe, também associada às personagens masculinas, sugere uma ligação ao contexto laboral e à vida social, com palavras como luxo, medicina, doente, laboratório, doutor, cavalos, cela, diletante, estudos, livro, amigos, graça, médico. A quinta classe, comum aos dois sexos, relaciona-se directamente com a família e engloba as palavras pai, primo, filho, futuro, mãe.

Em suma, as descrições das personagens seleccionadas salientam a meiguice feminina e a capacidade de sofrimento das mulheres. Pelo contrário, a força e a iniciativa masculinas traduzem-se, não só na relação amorosa, como também na diversidade de actividades que os homens desempenham na esfera pública. Portanto, a única diferença entre as imagens recolhidas nas obras literárias do século XIX e as

produções culturais actuais diz respeito à imagem da mulher sofredora que foi substituída pela imagem da mulher sedutora, mãe e esposa feliz. Pelo contrário, as oposições entre a actividade masculina e a passividade feminina, as actividades exteriores dos homens e as actividades interiores das mulheres continuam a ser veiculadas pelas representações actuais, que sugerem o que se deve ser e o que se deve fazer para se ser verdadeiramente homem ou mulher.

#### *Estudo 4*

As representações das diferenças entre os sexos permitem inferir que as práticas familiares tradicionais serão avaliadas como justas e satisfatórias apesar de estarem em contradição com o princípio de igualdade entre homens e mulheres. Com efeito, estas representações justificam as relações entre os sexos e legitimam as actividades dos cônjuges, apresentando-as como normais e até, talvez, como desejáveis devido à natureza dos homens e das mulheres. A avaliação das posições dos homens e das mulheres na família e no mercado de trabalho foi, portanto, o objecto do quarto estudo, em que procurámos ainda verificar que a percepção da justiça co-varia com o grau de tradicionalismo dos respondentes, o seu grau de crença nas diferenças entre os sexos, e o seu nível de anti-igualitarismo (Poeschl, 2003c).

Participaram, no nosso quarto estudo, adultos casados e jovens adultos solteiros a quem foi pedido que respondessem a um questionário de escalas de opinião que começava por apresentar os dados (reais) seguintes acerca da situação dos homens e das mulheres na sociedade: *“No trabalho, As mulheres apenas ganham 67% do salário dos homens, Apenas 17% dos quadros são constituídos por mulheres, Apenas 8,7% dos deputados são mulheres. Na família, Os homens apenas realizam 13% do trabalho doméstico, Os homens apenas se encarregam de 25% do trabalho parental, As*

*mulheres apenas participam em 37% das decisões familiares*". Os respondentes eram de seguida convidados a exprimir a sua opinião sobre a posição dos homens e das mulheres no mercado de trabalho e na família em termos de estatuto (1=totalmente dominada; 7=totalmente dominante), de justiça (1=totalmente injusta; 7=totalmente justa) e de satisfação (1=totalmente insatisfatória; 7=totalmente satisfatória). Depois de avaliarem a posição dos homens e das mulheres na família e no mercado de trabalho, os respondentes deviam exprimir a sua opinião (1=discordo totalmente; 7=concordo totalmente) sobre – entre outras coisas - 20 afirmações relativas aos dois sexos e sobre os 16 itens de uma escala de orientação para a dominância social (SDO<sub>6</sub>, Sidanius, Levin, Liu & Pratto, 2000). Os dados socio-demográficos eram recolhidos de seguida.

Os resultados mostram que os respondentes consideram que os homens têm uma posição mais dominante na família e no mercado de trabalho do que as mulheres. Contudo, essas diferenças de posição não levam aos mesmos julgamentos em termos de justiça e de satisfação. Se, no mercado de trabalho, a posição dos homens é julgada mais justa e mais satisfatória do que a posição das mulheres, as posições desiguais dos homens e das mulheres na família são consideradas igualmente justas e satisfatórias. Em conformidade com os resultados obtidos por outros autores (Roux, 1999), os respondentes masculinos julgam as posições dos maridos mais justas do que os respondentes femininos, mas os respondentes de ambos os sexos não se diferenciam na avaliação das posições das mulheres. Por outro lado, os respondentes adultos casados acham as posições dos maridos e das mulheres mais justas do que os respondentes jovens solteiros.

Como era esperado, e independentemente da pertença grupal, os julgamentos de justiça sobre as posições desiguais dos cônjuges na família estão correlacionados com o grau de tradicionalismo dos respondentes (medido pelas dimensões realçadas pela

análise factorial sobre as afirmações relativas aos dois sexos, ou seja, o grau de acordo com os papéis conjugais tradicionais, a desigualdade das mulheres e as vocações típicas dos sexos), com o grau de crença na existência de diferenças naturais entre os sexos, e com o nível de orientação para a dominância social. Por conseguinte, os respondentes masculinos e os adultos casados não só consideram as posições dos cônjuges na família como mais justas do que o pensam, respectivamente, os respondentes femininos e os jovens adultos solteiros, mas apresentam também um maior grau de tradicionalismo / anti-igualitarismo.

Se as opiniões dos homens se podem explicar pela posição dominante do seu grupo de pertença, já parece mais difícil compreender os factores que levam os adultos casados (e em particular, as mulheres casadas) a considerar as práticas familiares normativas como mais justas do que os jovens solteiros, assim como o seu maior tradicionalismo. Os autores que procuraram saber porque razão as mulheres consideram justas as práticas familiares desiguais propuseram três tipos de explicação: Em primeiro lugar, as mulheres poderiam ter interiorizado a ideologia que apresenta um certo tipo de dominação como natural e desejável (Vogler, 1998). Em segundo lugar, as mulheres poderiam racionalizar o seu comportamento na família porque elas não podem imaginar outras alternativas nem fora da família, nem dentro da família. Os trabalhos sobre os conflitos relativos ao trabalho familiar mostram, por exemplo, que estes conflitos não produzem aumento na participação dos maridos (Kluwer & Mikula, 2002), mas diminuem a sua satisfação com o casamento (Faulkner, Davey & Davey, 2005).

Em terceiro lugar, as mulheres poderiam estar motivadas para manter as práticas normativas, dado que retiram alguns benefícios da organização tradicional. Diferentes razões foram propostas para explicar esta motivação. Para alguns autores, as mulheres poderiam valorizar o trabalho familiar porque gostam de servir os membros da família,

de se sentir apreciadas, necessárias e competentes (Grote, Naylor & Clark, 2002; Yogev, 1981). Para outros autores, as práticas familiares tradicionais permitem às mulheres compensar em privado o desprezo que os homens manifestam em relação a elas na esfera pública (Müller, 1998). Para outros autores, ainda, as mulheres valorizam as práticas tradicionais porque essas práticas lhes garantem o poder sobre a gestão da família e sobre os seus membros (Kranichfeld, 1987). Os trabalhos empíricos sobre o “gatekeeping feminino” revelam que algumas mulheres resistem a um maior envolvimento dos homens no que elas consideram ser a sua zona de competência (Allen & Hawkins, 1999) e dados que recolhemos em entrevistas dão algum apoio a esta perspectiva (Poeschl, Múrias & Costa, 2004).

Examinámos a plausibilidade destas diferentes explicações procurando saber em que medida os papéis conjugais tradicionais são percebidos como desejáveis (Poeschl, Silva & Múrias, 2004) e em que medida os cônjuges estariam inclinados a alterar os seus papéis familiares em função de se encontrarem empregados ou desempregados (Afonso & Poeschl, 2006).

### *Estudo 5*

No quinto estudo apresentado nesta lição, procurámos, entre outras coisas, verificar que a manutenção das práticas familiares tradicionais pode ser explicada, pelo menos parcialmente, pela motivação das mulheres para manterem estas práticas e que a divisão tradicional dos papéis familiares entre os dois cônjuges é legitimada pelas personalidades, diferentes, dos homens e das mulheres.

Tal como no estudo anterior, adultos casados e jovens adultos solteiros responderam individualmente a um questionário constituído por escalas de opinião. Na parte do questionário que nos interessa aqui, os respondentes deviam indicar em que

medida consideravam apropriados aos homens e apropriados às mulheres oito comportamentos habitualmente adoptados pelos cônjuges na família e, de seguida, em que medida concordavam com uma lista de 10 factores que poderão estar na origem de diferenças nos papéis desempenhados pelos homens e pelas mulheres na família.

A análise factorial aplicada aos comportamentos familiares separou os comportamentos tradicionalmente associados ao papel comunal feminino dos comportamentos tradicionalmente associados ao papel agêntico masculino. Como se podia esperar, o papel agêntico é geralmente percebido como mais apropriado aos homens do que às mulheres. No entanto, os respondentes masculinos estimam, mais do que os respondentes femininos, que o papel agêntico é apropriado aos homens e os respondentes femininos estimam, mais do que os respondentes masculinos, que esse papel é apropriado às mulheres. Por sua vez, o papel comunal é percebido como mais apropriado às mulheres do que aos homens. Contudo, este papel é julgado pelos respondentes dos dois sexos como sendo igualmente apropriado quando está a ser desempenhado pelas mulheres, enquanto que os respondentes femininos consideram esse papel menos apropriado aos homens do que os próprios respondentes masculinos. Por outro lado, obtivemos quatro factores susceptíveis de explicar a origem da divisão dos papéis familiares entre homens e mulheres. Os respondentes concordam em estimar que essa divisão provém, sobretudo, das personalidades, diferentes, dos homens e das mulheres, e menos de factores sociais, de factores biológicos ou de relações de poder entre os sexos.

Em suma, os papéis tradicionais associados por Parsons (1964) aos dois sexos continuam, hoje em dia, a ser considerados como os papéis apropriados aos homens e às mulheres. Esta opinião não foi modificada pela inserção das mulheres no mundo profissional (80% das mulheres adultas interrogadas exercem um emprego a tempo

inteiro), e não é modulada pela experiência de casamento dos respondentes (já que não há efeitos do estado civil nas respostas obtidas). Dado que as mulheres não se limitam a conformar-se às opiniões dos homens e não rejeitam mais do que eles o papel tradicional feminino, pelo contrário, defendendo-o, podemos considerar que as mulheres estão motivadas para preservar as práticas familiares tradicionais. Além disso, visto que os papéis tradicionalmente atribuídos aos homens e às mulheres parecem provir das suas personalidades, pode-se concluir que a relação estabelecida na literatura entre papéis e traços está também presente nas representações leigas.

### *Estudo 6*

No último estudo aqui apresentado, procurámos examinar em que medida os cônjuges se mostrariam inclinados a alterar os seus papéis familiares em função de se encontrarem empregados ou desempregados. Depois de termos explorado, num estudo preliminar, as representações das vantagens da situação de emprego e não emprego de homens e mulheres, avaliámos o impacto da situação de desemprego sobre a percepção da participação dos cônjuges nas actividades familiares e as explicações propostas para justificar a participação do cônjuge desempregado nas tarefas familiares (Afonso & Poeschl, 2006).

Neste estudo participaram apenas adultos que eram ou tinham sido casados no momento em que decorria o estudo. Os participantes responderam a um questionário que começava por apresentar um casal, “Luísa” e “Paulo”, dois economistas numa empresa privada, com três filhos, de dez meses, quatro e oito anos, respectivamente, e que não têm empregada doméstica. Os participantes deviam avaliar, em percentagem, o grau de participação de um dos cônjuges (Luísa ou Paulo) em 6 tarefas parentais e 6 tarefas domésticas. Na página seguinte, era introduzida uma alteração no quadro

familiar indicando que o cônjuge descrito, por motivos relacionados com a empresa, tinha sido despedido. Os participantes deviam, então, avaliar novamente o grau de participação do cônjuge desempregado nas tarefas familiares e parentais apresentadas na primeira parte. Na terceira parte do questionário, os participantes eram convidados a exprimir o seu grau de acordo com cada uma de 29 razões susceptíveis de justificar o grau de participação do cônjuge desempregado nas tarefas familiares. O questionário apresentava duas versões idênticas, diferindo apenas o cônjuge a avaliar e os participantes responderam, individualmente, apenas a uma versão do questionário.

Os resultados mostram que, globalmente, os participantes consideram que Luísa participa mais nas tarefas domésticas e parentais do que Paulo e que os cônjuges trabalham mais em casa quando estão desempregados do que quando estão empregados. Devido ao maior aumento do contributo de Paulo nas tarefas domésticas e parentais, a diferença entre os cônjuges desempregados é menor do que a diferença entre os cônjuges empregados, e os participantes masculinos não diferenciam a participação de Paulo e de Luísa nas tarefas parentais em situação de desemprego.

A análise factorial aplicada sobre os itens retirados da literatura evidenciou três explicações possíveis para justificar a participação do cônjuge desempregado nas actividades familiares: os papéis tradicionais, a justiça e satisfação, e a existência de diferenças entre os sexos, enquanto que a mesma análise aplicada sobre os itens retirados do estudo preliminar – e, portanto, específicos à situação de desemprego – realçou três outras explicações possíveis: o bem-estar pessoal, o bem-estar da família, e a necessidade de tempo de lazer. Observou-se que o desempenho de Paulo é, mais do que o desempenho de Luísa, explicado pela justiça e satisfação, havendo uma maior tendência, quando se explica a participação de Luísa, a evocar os papéis tradicionais e as diferenças entre os sexos. O contributo de Paulo desempregado é, ainda, explicado,

mais do que o contributo de Luísa desempregada, por razões relativas ao bem-estar pessoal e ao bem-estar da família, ao passo que o contributo de Luísa é mais justificado por uma necessidade de tempo de lazer.

O facto das mulheres partilharem a opinião de que é justo e satisfatório que os homens realizem 50% das tarefas familiares quando estão inteiramente disponíveis e o cônjuge trabalha, e que, nessa mesma situação, as mulheres realizem 85% destas tarefas porque precisam de tempo de lazer, dá algum apoio à perspectiva que atribui a falta de mudança nas práticas familiares à falta de motivação das mulheres para instaurar a igualdade na família (Allen & Hawkins, 1999; Kranichfeld, 1987; Müller, 1998).

### *Conclusão*

Ao considerar as consequências negativas da divisão desigual do trabalho familiar para a situação das mulheres na sociedade em geral, podemos interrogar-nos sobre se vale verdadeiramente a pena que as mulheres dêem prioridade a actividades que lhes conferem prestígio e poder no seu mundo imaginário e não na sociedade real (Chombart de Lauwe, 1984). Parece importante que este ponto seja debatido entre mulheres, mas as feministas parecem não acreditar que possam existir mulheres que desejem manter a organização familiar tradicional enquanto que as donas de casa felizes parecem não compreender as razões pelas quais as feministas poderiam querer promover a mudança social.

### *Referências*

Afonso, R. M. & Poeschl, G. (2006). Representaciones del impacto de la situación de desempleo en las prácticas familiares. *Revista de Psicología Social*, 21, 241-258.

- Allen, S. M., & Hawkins, A. J. (1999). Maternal gatekeeping: Mothers' beliefs and behaviors that inhibit greater father involvement in family work. *Journal of Marriage and the Family*, 61, 199–212.
- Amâncio, L. (1994). *Masculino e feminino: A construção social da diferença*. Porto: Afrontamento.
- Baxter, J. & Western, M. (1998). Satisfaction with housework: Examining the paradox. *Sociology*, 32, 101-120.
- Bem, S. L. (1993). *The lenses of gender*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Burr, V. (1998). *Gender and Social Psychology*. London: Routledge.
- Chombart de Lauwe, M. J. (1984). La représentation sociale des catégories sociales dominées: Rôle social, intériorisation. *Bulletin de Psychologie*, 37, 877-886.
- Coltrane, S. (2000). Research on household labor: Modeling and measuring the social embeddedness of routine family work. *Journal of Marriage and the Family*, 62, 1208-1233.
- Costa, A. (1992). *Representações sociais de homens e de mulheres*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- Crawford, M. & Unger, R. (2000). *Women and Gender. A Feminist Psychology*. 3rd. ed. New York: McGraw-Hill.
- Doise, W. (1992). L'ancrage dans les études sur les représentations sociales. *Bulletin de Psychologie*, 45, 189-195.
- Eagly, A. H. (1987). *Sex differences in social behavior: A social-role interpretation*. Hilldale, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Faulkner, R. A., Davey, M., & Davey, A. (2005). Gender-related predictors of change in marital satisfaction and marital conflict. *The American Journal of Family Therapy*, 33, 61-83.
- Giddens, A. (1997). *Sociology*. Cambridge: Polity Press.
- Grote, N. K., Naylor, K. E., & Clark, M. S. (2002). Perceiving the division of family work to be unfair: Do social comparisons, enjoyment, and competence matter? *Journal of Family Psychology*, 16, 510-522.
- Herla, G. (1987). Partage des responsabilités familiales, attitudes et comportements effectifs. *Les Cahiers de Psychologie Sociale*, 35, 9-50.
- Hoffman, C., & Hurst, N. (1990). Gender stereotypes: Perception or rationalization? *Journal of Personality and Social Psychology*, 58, 197–208.

- Inter-Parliamentary Union (1999). Report on participation of women in political life. *Reports and Documents n° 35*.
- Kellerhals, J., Troutot, P. Y., & Lazega, E. (1993). *Microsociologie de la famille*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Kluwer, E. S., & Mikula, G. (2002). Gender-related inequalities in the division of family work in close relationships: A social psychological perspective. *European Review of Social Psychology, 13*, 185-216.
- Kranichfeld, M. L. (1987). Rethinking family power. *Journal of Family Issues, 8*, 42-56.
- Lorenzi-Cioldi, F. (1994). *Les androgynes*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Lott, B. (1996). Politics or science? The question of gender sameness/difference. *American Psychologist, 51*, 155-157.
- Maccoby, E. E. & Jacklin, C. N. (1974). *The psychology of sex differences*. Stanford, Ca: Stanford University Press.
- Mikula, G. (1998). Justice in the family - Multiple perspectives in the division of labor: Introduction. *Social Justice Research, 11*, 211-213.
- Moscovici, S. (1976). *La psychanalyse, son image et son public*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Müller, U. (1998). The micropolitics of gender differences in family life. In V. Ferreira, T. Tavares, & S. Portugal (Eds.), *Shifting Bonds, Shifting Bounds* (pp. 329-344). Oeiras: Celta Editora.
- Nielsen, J. M. (1990). *Sex and gender in society. Perspectives on stratification*. Prospect Heights, Ill: Waveland Press.
- Parsons, T. (1964). Family structure and the socialization of the child. In T. Parsons & R.F. Bales (Eds.), *Family, socialization and interaction process* (pp. 35-133). London: Routledge & Kegan Paul.
- Poeschl, G. (2000). Trabalho doméstico e poder familiar: práticas, normas e ideais. *Análise Social, Vol. XXXV* (156), 695-719.
- Poeschl, G. (2003a). Inégalités sexuelles dans la mémoire collective et représentations des différences entre les sexes. *Connexions, 80*, 101-119.
- Poeschl, G. (2003b). Teoría de las representaciones sociales. In J.F. Morales & C. Huici (Eds.), *Estudios de Psicología Social* (pp. 439-466). Madrid: UNED.
- Poeschl, G. (2003c). Représentations des différences entre les sexes et jeux de pouvoir. *Nouvelle Revue de Psychologie Sociale, 2*, 77-86.

- Poeschl, G. (no prelo). What family organization tells us about fairness and power in marital relationships. *Blackwell Social and Personality Psychology Compass*.
- Poeschl, G., Múrias, C. & Costa, E. (2004). Desigualdades sociais e representações das diferenças entre os sexos. *Análise Social, Vol. XXXIX* (171), 365-387.
- Poeschl, G., Pinto, I., Múrias, C., Silva, A. & Ribeiro, R. (2006). Representations of family practices, belief in sex differences and sexism. *Sex Roles, 55*, 111-121.
- Poeschl, G. & Serôdio, R. (1998). Rôles de genre, travail familial et pouvoir familial: Représentations et relations. *La Revue Internationale de l'Education familiale, 2*, 5-23.
- Poeschl, G., Silva, A. & Clémence, A. (2004). Representações da masculinidade e da feminilidade e retratos de homens e mulheres na literatura portuguesa. *Psicologia, 18*, 31-46.
- Poeschl, G., Silva, A. & Múrias, C. (2004). Papéis conjugais desejáveis e traços de personalidade apropriados: uma explicação motivacional. *Psicologia e Educação, 3*, 121-135.
- Roux, P. (1999). *Couple et égalité: un ménage impossible*. Lausanne: Réalités sociales.
- Saraceno, C. (1997). *Sociologia da família*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Scott, J. W. (1994). A mulher trabalhadora. In G. Duby & M. Perrot (Eds.), *História das Mulheres no Ocidente. O Século XIX* (pp. 443-475). Porto: Edições Afrontamento.
- Shelton, B. A., & John, D. (1996). The division of household labor. *Annual Review of Sociology, 22*, 299-322.
- Shields, S. A. (1986). Fonctionnalisme, darwinisme et psychologie des femmes. Etude d'un mythe social. In M.C. Hurtig & M.F. Pichevin (Eds.), *La différence des sexes* (pp. 29-61). Paris: Tierce Sciences.
- Sidanius, J., Devereux, E. & Pratto, F. (1992). A comparison of symbolic racism theory and social dominance theory as explanations for racial policy attitudes. *The Journal of Social Psychology, 132*, 377-395.
- Sidanius, J., Levin, S., Liu, J. & Pratto, F. (2000). Social dominance orientation, anti-egalitarianism and the political psychology of gender: an extension and cross-cultural replication. *European Journal of Social Psychology, 30*, 41-67.
- Silva, A. & Poeschl, G. (2001-2). Representações das semelhanças e das diferenças entre os sexos. *Cadernos de Consulta Psicológica, No. 17/18*, 153-159.

- Smock, P., & Noonan, M. C. (2005). Intersections: Gender, work, and family research in the United States. In S. M. Bianchi, L. M. Casper & R. B. King (Eds.), *Work, family, health and well-being* (pp. 343-360). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Spence, J. T., Deaux, K., & Helmreich, R. L. (1985). Sex roles in contemporary American society. In G. Lindzey & E. Aronson (Eds.), *The handbook of social psychology*, 3rd ed. (Vol. 2, pp. 149-178). Hillsdale, New Jersey: Erlbaum.
- Terman, L. M. & Miles, C. C. (1936). *Sex and personality: Studies in masculinity and femininity*. New York: McGraw Hill.
- Thompson, L., & Walker, A. J. (1989). Gender in families: Women and men in marriage, work, and parenthood. *Journal of Marriage and the Family*, 51, 845-871.
- Vala, J. (2004). Representações sociais e psicologia social do conhecimento quotidiano. In J. Vala & M. B. Monteiro (Eds.), *Psicologia Social*, 6ª ed. (pp. 457-502). Lisboa: Calouste Gulbenkian.
- Vicente, A. (1998). *As mulheres em Portugal na transição do milénio*. Lisboa: Multinova.
- Vogler, C. (1998). Money in the household: Some underlying issues of power. *Sociological Review*, 46, 687-713.
- Yeung, J., Sandberg, J., Davis-Kean, P., & Hofferth, S. (2001). Children's time with fathers in intact families. *Journal of Marriage and the Family*, 63, 136-54.
- Yogev, S. (1981). Do profession women have egalitarian marital relationship? *Journal of Marriage and the Family*, November, 865-870.